

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE OUTORGA Nº 85/2023

Declaro para os devidos fins que a **Sra. Luzia Conceição Silva**, C.P.F. nº [REDACTED] requereu junto a esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas – SEMAC, conforme Processo nº 035.000.00384/2023-4, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, em manancial superficial, proveniente de um riacho sem denominação, afluente pela margem esquerda do rio Pitande, que por sua vez é afluente pela margem direita do rio Piauí, destinado a atender a demanda de **aquicultura (carcinicultura)**, localizado na Fazenda Luzia, Povoado Convento, S/N, Zona Rural, município de Indiaroba.

Após análise da solicitação, **a vazão máxima requerida (1,80 m³/h), é considerada como de uso insignificante**. Convém ressaltar que de acordo com o estabelecido na Resolução CONERH nº. 20/2014, datada de 26 de fevereiro de 2014, que “Altera dispositivos da Resolução nº. 01/2001, em seu Art. 1º, alínea “J”, as captações de água por empreendimentos de carcinicultura enquadrados no Licenciamento Simplificado (Resolução CEMA nº. 50/2013) ficam dispensadas de direito de uso dos recursos hídricos.

O regime de derivação será de 8 h/dia, 30 dias/mês, correspondendo a um volume de 433,00 m³/mês, uso não consultivo de 81.729,00 m³/ano e área de espelho d’água de 5.200 m².

Ressalta-se que o usuário, de acordo com § 3º da Resolução nº. 20/2014 do CONERH, deverá zelar para que o seu dimensionamento não traga prejuízos aos demais usuários de recursos hídricos e deverá manter as condições de navegabilidade do manancial.

O ponto está localizado no Sistema de Referência SIRGAS 2000 – Fuso 24 – Sul, nas coordenadas UTM 669.293m E e 8.731.778m S, Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, Unidade de Planejamento 22 – Piauí.

Destaca-se que a seção onde se dá a derivação de água o empreendimento, sofre atualmente influência dos efeitos da maré, o que influencia, positivamente, a disponibilidade hídrica da referida seção.

A outorgada deverá articular-se com os demais usuários de água de empreendimentos aquícolas, objetivando a realização de operação compactuada, a fim de que todos possam utilizar água de forma reacional e integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável.

É vedado o uso de sistema de recalque no empreendimento, tendo em vista, que nos documentos apresentados no Processo acima mencionado, o requerente encaminhou documentação relatando que não fará utilização de conjunto moto-bomba ou eletrobomba.

A requerente deverá cumprir rigorosamente a Legislação Ambiental, em especial a Lei nº. 12.651/12, que institui o Código Florestal, artigos 4º e 6º, que tratam da proteção de vegetação e das áreas consideradas de preservação permanente.

Outrossim, saliento ainda que a utilização de recursos hídricos em desacordo com a presente declaração está sujeita às penalidades previstas no Art. 55 da Lei Estadual nº. 3.870/97 e no Art. 27 do Decreto Estadual nº. 18.456/99, dentre elas advertência, multa simples ou diária e embargo definitivo.

Esta declaração terá validade por 2 (dois) anos se mantidas as condições originais descritas, podendo a qualquer tempo serem verificadas através de vistoria e fiscalização.

Aracaju, 14 de junho de 2023



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

AILTON FRANCISCO DA ROCHA
Diretor(a)

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: QPMM-MPCJ-RDJB-MPET



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/06/2023 é(são) :

- AILTON FRANCISCO DA ROCHA - 14/06/2023 10:40:48